

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2023-2025

Tema	Audiência Pública na Comarca Polo/Sede de Caldas Novas, abrangendo as Comarcas da 9ª Região Judiciária (Catalão, Corumbaíba, Goiandira, Ipameri, Orizona, Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás)
Data e hora	22/09/2023 – 8h15 (Reunião Reservada da CGJGO com Servidores) e 14horas (Audiência Pública)
Local	Comarca de Caldas Novas
Secretários	Vanessa Cristina Pereira Dias e Roberta Saraiva Bandeira de Lima
Participantes da mesa diretora	<p>Reunião Reservada com os Servidores <u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência neste ato representando o Presidente Dr. Carlos Alberto França Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Soraya Fagury Brito – 2º Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça **2ª Dr. Gustavo Dias Maciel – Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Fabrício Duarte – Presidente do SINDJUSTIÇA Sr. Bruno Faustino – Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA Sr. Eleandro Alves Almeida – Vice-Presidente do SINDOJUS</p> <p>Audiência Pública Externa <u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da</p>





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Soraya Fagury Brito – 2º Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Flávio Pereira dos Santos – Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas GO Dra. Vaneska da Silva Baruki – Juíza da 1ª Vara Criminal de Caldas Novas GO Dra. Anelize Beber Rinaldin – Juíza da 2ª Vara Criminal de Caldas Novas GO Dra. Ana Tereza Waldemar da Silva – Juíza da 1ª Vara Cível de Caldas Novas GO Dr. Elios Mattos de Albuquerque Filho – Juiz da 2ª Vara Cível de Caldas Novas GO Dr. Rodrigo de Castro Ferreira – Juiz da 3ª Vara Cível de Caldas Novas Dr. Hugo Gutenberg Patino de Oliveira – Juiz da Vara de Família e Sucessões de Caldas Novas GO Dr. Demétrio Mendes Ornelas Júnior – Juiz do Juizado Especial e Criminal de Caldas Novas GO Sr. Kleber Marra – Prefeito da Comarca de Caldas Novas GO Sr. Andrei Rocha – Presidente da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sra. Ana Paula Lima de Oliveira Machado – Prefeita da Cidade de Rio Quente Sr. Wellinton Antônio de Souza – Presidente da Câmara de Rio Quente GO Dr. Sávio Fraga e Greco – Coordenador da Promotoria de Caldas Novas GO Dr. Edmilton Pereira dos Santos – Promotor da Comarca de Caldas Novas GO Dra. Fabiana Cândido - Promotora da Comarca de Caldas Novas GO Dr. Cristhiano Menezes da Silva Caires - Promotor da Comarca de Caldas Novas GO Dr. Pedro Eugênio Beltrame Benatti - Promotor da Comarca de Caldas Novas GO Dr. Augusto César Borges Souza - Promotor da Comarca de Caldas Novas GO Dra. Kamilla de Oliveira Ferreira – Presidente da OAB Subseção Caldas Novas GO Sr. Rogério Virgílio de Rezende Tomé – Comandante do 26º BPM da Polícia Militar de Caldas Novas GO Sr. Raimundo Coelho Pinto Júnior - Comandante do 19º CRPM da Polícia Militar de Caldas Novas GO Dr. Gustavo Carlos Ferreira – Delegado</p>
--	---





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Regional</p> <p>Dr. Rogério Moreira da Silva – Delegado da Polícia Civil</p> <p>Dr. Rodrigo Pereira – Delegado da DEAM</p> <p>Dr. Matheus Ferreira de Oliveira – Delegado da Central de Flagrantes</p> <p>Dr. Alex Miller Lima – Delegado da GIH e GENARC</p> <p>Dr. Tiago Fraga Ferrão – Delegado da GEIC</p> <p>Dr. Robson de Souza Rodrigues – Coordenador Regional da Polícia Técnico Científica</p> <p>Dr. Thiago Santos Calu de Moraes – Diretor da Unidade Prisional</p> <p>Sr. José Cordeiro Rolim – Coordenador da 4ª Coordenação Regional Prisional</p> <p>Sr. Ródney Shimabuku Rodrigues – Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária</p> <p>Sr. Geraldo Pascoal Soares Neto – Comandante do Batalhão de Polícia Militar Ambiental</p> <p>Sr. Amilton de Souza Conceição – Comandante do 7º Comando Regional Bombeiro Militar</p> <p>Sr. Daniel Freire Pereira Batista - Comandante do 9º Comando Regional Bombeiro Militar</p> <p>Sr. Raphael Henrique da Silva Borges – Presidente do Conselho Tutelar Leste</p> <p>Sr. Higor Sebastião Godoy - Presidente do Conselho Tutelar Oeste</p> <p>Sr. Murilo Henrique de Almeida – Superintendente da Secretaria Municipal de Mobilidade</p> <p>Sr. Cleydson Marques dos Santos – Presidente do CMDCA</p> <p>Sr. Maurício Vianna Tambellini – Gestor da SEMAD/PESCAN</p> <p>Sra. Abadia dos Reis Nascimento – Diretora da UFG</p> <p>Sra. Adriana Roveri das Neves – Coordenadora da UEG</p> <p>Sra. Alinne Duarte – Coordenadora Institucional da INTEGRA</p> <p>Sr. Iris Gonzaga de Menezes – Coordenador da UNICALDAS</p> <p>Sr. Wanderlei Ferreira Santos – Presidente da CDL</p> <p>Sra. Dayane Gonzaga da Costa – Inspetora do CREA</p> <p>Sr. Paulo Sérgio de Sousa – Diretor-Presidente da ACICAN</p>
--	--





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Sr. Mauro Miguel Júnior – Gerente-Geral da SESC Sra. Ismenia Juliana de Moraes - Gerente-Adjunto da SESC Sra. Fernanda Lobato de Paula – Gerente do SEBRAE Sra. Duília Cardoso – Gerente do SENAC Sr. Reuri Junqueira – Diretor da Vigilância Sanitária Sr. João Guimarães – Diretor do PROCON Sr. Aparecido Sparapani – Superintendente Geral do Grupo Di Roma Sra. Angélica Sparapani – Gerente-Geral do Grupo Di Roma Sr. Inácio Araripe Costa Lima – Diretor do Grupo Privê Sr. Alessandro Cunha – CEO Presidente do Resort Rio Quente Sra. Jordana Neves Fernandes – Presidente da ONG Invisível Caldas Novas Sra. Adriana Fernandes Cabral Alves - Presidente da ONG Invisível Caldas Novas Sr. Ildener Dias Santana Viera – Presidente do Instituto Por Amor Sra. Luciana Chaves Pimenta – Presidente da Associação Caudas Felizes Sra. Dilamar Fátima de Jesus – Presidente da Abrigo Patinha Feliz Sra. Tânia Maria Magalhães – Vice-Presidente da Abrigo Patinha Feliz Sr. Luiz Manoel da Silva – Coordenadora do Projeto Peregrinos no Amor Dr. Weslei Ramos – Presidente do Abrigo Lar Batista Sr. João Henrique Muniz – Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Hudson Matheus de Paula - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Gilmar Martins dos Santos - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Gilmar Gonçalves de Melo - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Geraldo Célio Pimenta – Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Aldo Pereira Neves - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Múcio José Mendes - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Brunos César da Rocha - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO</p>
--	---





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	Sr. Neilton Divino - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sra. Lucielly Rosa - Vereadora da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Galdino Motes - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sra. Elita Mendonça - Vereadora da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Romildo Tobias - Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas GO Sr. Leandro Félix de Sousa – Tabelião do 1º Cartório Sr. Hugo Andreany Rocha - Tabelião do 2º Cartório Sra. Evelyn Aída Tonioli Valente - Tabeliã do 3º Cartório Sra. Adriely Alcebiades Leão – Tabeliã do Cartório de Rio Quente Sra. Wanessa Silva Rocha – Presidente do Conselho da Comunidade Sra. Silvana Alves Mendes – Diretora do Clube CTC
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (20/09/2023):

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel 1 - Tema: “Noções Introdutórias do Projeto Apoema”
- Painel 2 - Temas: “BNMP” e “Baixa Processual em Geral”
- Painel 3 - Temas: “PROJUDI / PJD” e “Operacionalidades do Sistema Gestão à Vista”
- Painel 4 - Tema: “Gestão Aplicada do Processo Eletrônico e da Unidade Judicial”

Quinta-Feira (21/09/2023):

Período matutino

- Painel 5 - Tema: “Prêmio Produtividade do TJGO”
- Painel 6 - Tema: “Gestão de Gabinete”
- Painel 7 - Tema: “O que os dados contam, além dos números, para gestão de processos judiciais”

Período vespertino:





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Reunião sobre Regularização Fundiária
- Reunião do Foro Extrajudicial

Sexta-Feira (22/09/2023):

Reuniões:

- Reunião Reservada da CGJGO com Servidores
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo/Sede de Caldas Novas GO

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA COM SERVIDORES

1. O Desembargador Leandro Crispim iniciou a reunião destacando o objetivo de promover um diálogo tranquilo e descontraído para realizar uma análise das questões relacionadas àquela região. Enfatizou a importância de estar presente pessoalmente em todas as reuniões para entender o que está acontecendo no Judiciário e como melhorar a prestação de serviços judiciais. Alguns pontos abordados em relação ao trabalho presencial incluem a Resolução 481 do CNJ, Resolução 175/21 e 223 do TJGO, que pedem atenção ao horário de trabalho e à qualidade da prestação do serviço. O Desembargador observou que em algumas comarcas há dificuldades nas relações entre servidores e magistrados, enfatizando a importância de manter um bom relacionamento. Ressaltou a necessidade de trabalhar com classificadores e seguir uma abordagem organizada, como demonstrado em alguns painéis. Em Goiânia, a interlocução da CGJ com os magistrados resultou em uma significativa redução de processos conclusos com mais de 100 dias, de 12.000 para 68 processos. Além disso, está sendo elaborado um manual de rotina civil e criminal para distribuição aos servidores. Recomendou a observação dos ofícios enviados, especialmente em processos relacionados a réus presos. Na 9ª região, foram identificados 1.700 processos aguardando andamento na escrivania há mais de 100 dias, e solicitou que os gestores analisem esses processos e investiguem possíveis razões para essa demora, orientando que não haja retenção injustificada na serventia de processos a serem conclusos. Abordou outros temas como reajuste na indenização dos mandados da justiça gratuita para oficiais de justiça, atenção ao BNPM (Banco Nacional de Monitoramento de





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Prisões) e alerta sobre os mutirões de fim de ano referentes aos meses de setembro, outubro e novembro, com orientações para as escritanias em relação a esses processos.
2. Dr. Marcus Vinícius, após as saudações, destacou que estão presentes para ouvir e buscar melhorar a relação e a qualidade de vida dos servidores.
 3. Dra. Lídia, Juíza Auxiliar da Presidência, enfatizou a importância de ouvir os servidores sobre o ambiente de trabalho. Informou que o Presidente do TJGO sem dúvida, se preocupa com a prestação jurisdicional eficaz e de qualidade, além de buscar um ambiente de trabalho saudável. Informou que naquela data comemoram-se 17 anos da Lei Maria da Penha, e a presidência desenvolveu o projeto Protege e Julga, que visa garantir que todas as medidas protetivas sejam apreciadas no mesmo dia em que forem propostas, e que o julgamento de todos os processos seja concluído em até um ano. Esse projeto conta com o engajamento de todos os servidores para atender a essa prioridade. Dra. Lídia também convidou todos a participarem de um webinar que ocorrerá no dia 26 de setembro, o qual abordará sobre a alimentação de dados estáticos, painel de monitoramento, entre outros temas.
 4. Bruno Faustino ressaltou que os servidores do Judiciário veem a evolução no sistema Projudi como um avanço sem precedentes, mas enfatizou a necessidade de torná-lo mais eficiente e enxuto. Mencionou a importância de reduzir a emissão de certidões e minimizar a quantidade de cliques necessários no sistema, pois o excesso de trabalho no computador pode resultar em licenças médicas devido a problemas de saúde. Recentemente, um grupo de servidores elaborou propostas e sugestões que o Sindicato dos Servidores do Judiciário de Goiás protocolou para melhorar o sistema Projudi. Essas sugestões foram formuladas por servidores de todas as comarcas do Estado. Uma das sugestões apresentadas é a substituição de 100% dos mouses e teclados por modelos ergométricos, o que é considerado fundamental para evitar problemas de saúde decorrentes do trabalho, conforme o Proad 444590. Bruno Faustino destacou que os servidores têm boas expectativas em relação à administração, especialmente em relação ao Desembargador França, e expressou a importância de valorizar os servidores não apenas em reconhecimento, mas também por meio de melhorias em seus contracheques e gratificações.
 5. Dr. Aldo informou que a questão do Projudi já está em andamento, e a requisição dos mouses ergométricos é objeto de outro Proad nº 444590 em tramitação. As demais melhorias relacionadas ao Projudi estão sendo estudadas, o que deve levar cerca de 60



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

dias. Esclareceu que será dada uma resposta às 24 sugestões apresentadas no prazo de 45 a 60 dias, levando em consideração a complexidade de cada uma delas. Além disso, pediu que Susana compartilhasse uma ata na qual já se estuda a melhoria dos cliques. Essas melhorias já foram colocadas em produção, incluindo cerca de 6 a 7 melhorias que foram requisitadas por Bruno em três encontros regionais passados.

6. O Desembargador Leandro mencionou a sensibilidade do Presidente em relação aos vencimentos dos servidores e destacou que recentemente houve uma reestruturação na carreira dos servidores, com muitos migrando de FEC para DAE, além de ajustes frequentes nos auxílios de saúde e alimentação. No entanto, devido ao atual cenário de recuperação fiscal do estado, há dificuldades para aumentos salariais diretos. Ressaltou a importância de trabalhar no aumento da GAJ, que pode contribuir para uma aposentadoria mais vantajosa. O Desembargador explicou que em 2012 foi elaborada uma lei que trata dessa questão dos estudos e cumulação de valores. Orientou todos os servidores a buscarem especializações, como mestrados e doutorados, pois esses conhecimentos agregados podem resultar em aumentos significativos nos salários, chegando a até 60% de acréscimo.
7. Marcus Vinícius de Caldas Novas *via chat*: “Gostaria de pontuar a necessidade de reformas estruturais dos fóruns, especialmente, de Caldas Novas, pela deterioração pelo uso e tempo, bem como, da troca do mobiliário para melhorar as condições de saúde do trabalho”
8. Gustavo Maciel informou que quanto às melhorias estruturais dos prédios, a licitação está prevista para o final de outubro. Além disso, o TJGO possui um projeto de reforma da fachada em todas as comarcas.
9. Carolina, Vice-Presidente do SINDOJUSGO, agradeceu à CGJ pelo reajuste do IPCA e trouxe uma solicitação dos oficiais da regional. Explanou que o mês de setembro serve como um momento de reflexão sobre as condições de trabalho, e que os oficiais enfrentam uma sobrecarga de trabalho em relação aos mandados. Carolina solicitou à CGJ e à Presidência que considerem um Proad onde foi solicitada a relocação e um aumento do número de oficiais de justiça para as comarcas de Caldas Novas, Catalão e Morrinhos. Outra questão levantada foi a avaliação da CGJ em relação aos mandados rurais. Solicitou também a abertura de um Proad para averiguar o atraso no pagamento das indenizações complementares, mencionando que a de julho foi paga com quase 60 dias de atraso, e isso é uma preocupação constante. Sugeriu a criação de um painel não apenas para





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

oficiais, mas também para a necessidade de manuais relacionados à confecção e distribuição de mandados e à central eletrônica. Informou sobre a necessidade de mudar a cultura e apresentar uma nova forma de trabalho aos colegas.

10. Dr. Marcus Vinícius informou que houve um acordo parcial com relação ao reajuste e que os estudos sobre os mandados rurais estão em andamento nos Proads 333466 e 269336.
11. Dra. Lídia informou que o Proad da relocação será analisado oportunamente e quanto à falta de oficial de justiça, mencionou que já existe um estudo em um Proad específico (348353) para a realização de um concurso.
12. Roberto, oficial de justiça de Caldas Novas, reforçou alguns pontos mencionados por Carolina, principalmente em relação à falta de oficiais. Explicou que com a implantação da nova central, houve um aumento significativo no volume de trabalho. Há pouco tempo para cumprir os mandados, e se não são cumpridos, eles são suspensos com custas, mas não são suspensos quando se trata de justiça gratuita. Roberto também informou sobre a dificuldade no cumprimento dos mandados, destacando que leva quase uma semana para cumprir apenas um mandado. Questionou se o sistema já foi ajustado de acordo com as orientações contidas no Ofício Circular 301/2023, que trata do quantitativo das locomoções.
13. Dr. Marcus destacou que um dos principais temas de preocupação da Corregedoria são os oficiais de justiça. Informou que o concurso para oficiais está prestes a ser aberto e espera que isso possa aliviar a situação atual com a falta de pessoal. Além disso, aguarda que a central possa melhorar o trabalho dos oficiais em campo, possibilitando que o cumprimento de mandados ocorra de forma eletrônica. Sobre o Ofício Circular 301, ele se comprometeu a verificar do que se trata e dar um retorno posteriormente.
14. Felipe Aires, assessor correicional, explicou que em relação ao Ofício circular 301/2023, o quantitativo mínimo e máximo já foi estabelecido, mas ainda não foi implementado. No entanto, o processo está em fase de implementação tecnológica e já está em produção para ser implantado no sistema Projudi (proad originário 299218).
15. O Desembargador Leandro Crispim informou que registrará as colocações em ata e destacou que está sensível às questões dos oficiais. Ressaltou que tem conhecimento de que foram iniciadas as tratativas para o concurso pelo presidente e, enquanto isso não se concretiza, tem orientado os diretores do foro a firmarem convênios com as prefeituras para requisitar servidores municipais concursados a fim de reforçar esse trabalho, sendo uma medida paliativa para resolver essa questão emergencial. Além disso, mencionou que





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- alguns magistrados estão contratando servidores de carreira para atuarem como *ad hoc*.
16. Dra. Lídia informou que o PROAD da relotação é o 380039 e que a Presidência está sensível à realidade dos oficiais.
17. Sheila, gestora da Primeira Vara Criminal de Caldas Novas, mencionou que atualmente eles dependem de vários sistemas para realizar o trabalho, mas enfrentam uma grande demanda por *tokens*, que atualmente é limitada a dois servidores por serventia, o que acaba prejudicando o andamento das atividades. Também explanou sobre os problemas relacionados ao mobiliário em várias escritanias, onde atualmente utilizam apenas dois computadores e dependem de seus próprios notebooks para trabalhar. Sheila mencionou que existem PROADs solicitando soluções para esses problemas e solicitou agilidade no processamento desses pedidos. Além disso, com relação ao uso do *WhatsApp*, informou que há uma demanda significativa de mandados a cumprir e devido à falta de servidores e oficiais, a possibilidade de cumprir mandados por meio do *WhatsApp* seria uma alternativa útil. No entanto, ela destacou que as escritanias enfrentam dificuldades devido à falta de ramais em outros computadores, o que dificulta o desenvolvimento de seu trabalho de forma mais eficaz.
18. Domingos esclareceu que o provimento não estabelece um limite rígido para o número de *tokens*, mas sim um limite padrão de 3 *tokens* por serventia. No entanto, explicou que, se houver uma necessidade específica de mais de 3 *tokens* em uma determinada unidade, o magistrado daquela unidade pode solicitar *tokens* adicionais, desde que justifique o motivo dessa solicitação.
19. Dra. Lídia informou que o Ofício circular 301 já está em produção e disponível no Projudi para uso pelos usuários. Quanto ao mobiliário, está em fase de entrega, e em relação à questão dos computadores, está verificando e dará um retorno posterior com mais informações.
20. Dr. Gustavo esclareceu que houve uma requisição recente relacionada aos computadores e pediu que fosse fornecido o número dos Proads para que a Corregedoria possa dar andamento às questões mencionadas.
21. Cristiane Hilário, Secretária da Diretoria do Foro, reportou que as solicitações de equipamentos de informática estão relacionadas nos Proads n.º 445016, 433804, 400889, 397949. Enquanto que os Proads de solicitação de mobiliário são os de n.º 419018, 415815, 414514, 400242, 339784, 325369 e 410099. Posteriormente, em diligência, Susana Araújo, Assessora do Gabinete do Dr. Aldo Sabino, Juiz Auxiliar da Presidência,



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

informou que todos os Proads relacionados a aquisição de equipamentos de informática já foram atendidos e arquivados, com exceção do Proad nº 202308000433804, que solicitou urgência junto ao Serviço de Análise Técnica – DSSTI. Quanto aos imobiliários, já foi diligenciado junto à Diretoria Administrativa.

22. Éder, escrevente da 2ª Vara Criminal, expressou preocupações quanto às metas de cumprimento de mandados, destacando as limitações na emissão desses mandados. Apontou que, em algumas situações, é praticamente impossível cumprir os mandados devido à falta de oficiais. Além disso, mencionou dificuldades ao realizar intimações por meio do *WhatsApp*, especialmente em casos com um grande número de partes a serem intimadas. Eder também esclareceu que a central ainda não está operando, e a vara está lidando com processos que exigem intimações eletrônicas, além de ter que cumprir metas com uma alta taxa de devolução de mandados, muitos dos quais com certidões inconclusivas e até mandados expedidos que foram perdidos. Registrou o atraso no cadastro do SEEU realizado pelo Ministério Público.
23. Dr. Marcus Vinícius esclareceu que a limitação na emissão de mandados foi estabelecida considerando uma quantidade humanamente possível para os oficiais cumprirem. No entanto, mencionou que agora estão avaliando quais comarcas possuem mandados excedentes e planejam estender o limite de forma fixa para aquelas comarcas.
24. Dr. Gustavo Garcia registrou que quanto ao cadastramento no SEEU, é importante haver uma interlocução local com o Ministério Público. Explicou que atualmente aqueles que trabalham com questões criminais estão sobrecarregados de trabalho, e os sistemas implementados devem ser utilizados para facilitar essas tarefas.
25. Dra. Lídia informou que o proad para aquisição de mobiliário é o 442339, que está em fase de cotação de preço e será entregue no próximo ano.
26. Juliano, escrivão da 1ª Vara Cível de Caldas, registrou que o plantão tem sido uma modalidade de complemento salarial e solicitou que se adote a mesma orientação dos magistrados. Informou que vê dificuldade nos colegas que se inscrevem e não são chamados, sugerindo a organização de um chamamento mais estruturado com escolhas objetivas.
27. Dra. Lídia informou que o assunto do plantão é da pasta do Dr. Reinaldo e que irá questioná-lo para obter mais informações e depois retornar com um posicionamento.
28. Eliene, servidora de Santa Cruz de Goiás, expressou satisfação com a atenção dada pelo TJGO às reivindicações dos servidores. Mencionou o aumento de 50% no auxílio-saúde





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

para os efetivos e questionou sobre a aplicação dessa melhoria para os aposentados que, até então, não o recebiam.

29. O Desembargador Leandro abordou a questão dos aposentados, explicando que houve um aumento de 50% no auxílio-saúde dos aposentados, mas devido ao grande número de aposentados, o TJGO enfrenta dificuldades em igualar os valores dos aposentados aos dos servidores ativos. Explicou que o presidente do tribunal está ciente desse problema e sensível à situação, mas devido à situação de recuperação fiscal, não é possível pagar o mesmo valor no momento. No entanto, a intenção é gradualmente melhorar as condições ao longo do tempo.
30. Dra. Lídia informou que a questão do plantão dos servidores está sendo discutida no processo administrativo (proad) de número 439396.
31. Cristiane, da 2ª Vara Cível de Ipameri, destacou uma preocupação em relação à produtividade dos servidores, observando que alguns atos individuais não são contabilizados, sendo considerados apenas para o magistrado. Expressou o desejo de que esses atos individuais também sejam avaliados para inclusão na contabilização de produtividade. Além disso, mencionou que conseguiu resolver o problema da falta de material em sua comarca ao solicitar apoio ao gabinete, ressaltando a importância de uma logística eficiente por parte da chefe de cartório para atender às necessidades de trabalho.
32. Dr. Marcus Vinícius informou que em agosto foi criada uma comissão para analisar a contabilização de atos individuais na produtividade. Enfatizou a importância da comunicação entre a escrivanina e o gabinete, sugerindo que, se necessário, os próprios servidores iniciem as conversas com o juiz.
33. Dr. Gustavo Maciel informou que atualmente está sendo realizado um mapeamento dos procedimentos para definir um fluxo que permita a apuração da produtividade e a padronização dos atos.
34. Dra. Lídia informou que no Proad 444590 está sendo discutida a questão da contabilização de atos na produtividade dos servidores. Informou que está marcada uma reunião para debater a avaliação salarial dos aposentados.
35. Dr. Marcus informou que os painéis são voltados apenas para gestão, pois o Corregedor entende que esses painéis são mais práticos e ajudam mais, mas que os painéis apresentados contribuem também para área criminal.
36. Bruno, analista da comarca de Goiandira, explicou que sua comarca é a de origem de Cumari, que foi desinstalada e transferida para Goiandira, onde ele agora é responsável





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

pelo posto de atendimento. Durante esse processo, todo o material foi recolhido, e ele devolveu um notebook e um PC que não estavam funcionando. Como resultado, a comarca ficou 15 dias sem atendimento presencial, e para não interromper completamente o trabalho, usou seu próprio computador de casa. Explicou que atualmente, existem dois funcionários terceirizados na comarca até o dia 30, mas depois disso, ele ficará sozinho no posto sem nenhum outro servidor para auxiliá-lo. Perguntou sobre a possibilidade de ter um novo terceirizado para garantir a continuidade do atendimento no posto.

37. Dra. Lídia informou que precisa se inteirar mais sobre o assunto. Destacou que haverá uma distribuição de terceirizados em breve e que não há possibilidade de ficar sem eles. A alocação de terceirizados será de responsabilidade do Diretor do Foro, que cuidará dessa questão.

38. Suzana explicou que atualmente há um plano de aquisição e gestão de equipamentos em vigor. Abordou a questão dos postos avançados, mencionando que, de acordo com a política atual, os equipamentos novos não podem ser alocados nesses locais. Esclareceu que novos equipamentos foram fornecidos, mas se algum equipamento não atender às necessidades, é importante abrir um chamado para que a situação seja verificada.

39. Felipe Aires mencionou o Proad nº 299218, que tratou do Ofício Circular nº 301/2023, bem como o Proad que trata do ajuste tecnológico, qual seja, nº 439458.

40. **Taina, secretária da Diretoria de Pires do Rio, expressou preocupação em relação à extinção da comarca de Urutaí e questionou a decisão de retirar a internet, telefone e voip do posto avançado. Argumentou que manter essas comunicações é essencial, pois o posto avançado precisa estar em contato constante com a comarca. Taina também mencionou a existência de um proad relacionado a esse assunto que foi suspenso. Acrescentou que o posto avançado fica dentro do prédio do fórum, e o edifício que era originalmente do fórum foi disponibilizado para a prefeitura.**

41. Suzana esclareceu que a limitação nos equipamentos se deve a uma resolução relacionada à segurança, e que apenas os prédios do TJGO são contemplados com a conexão de internet. Mencionou o Decreto 2184/2020 como referência, mas afirmou que poderá ser estudada a situação e que verificará o andamento do proad e discutirá com o Dr. Aldo.

42. Dr. Aldo ressaltou a importância da colaboração dos municípios nessa questão e sugeriu que o Diretor do Foro atue como intermediário para resolver a situação.

43. O Corregedor-Geral da Justiça agradeceu a atenção de todos nos três dias de encontro e





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

encerrou a reunião às 10h36m.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA COM MAGISTRADOS

44. Dra. Waneska abordou a questão da impossibilidade de inscrição na dívida ativa das multas aplicadas aos jurados ausentes. Explicou que o Código Processo Penal prevê tais multas, mas que após a aplicação da multa, não é possível averbá-la devido ao valor das alçadas. Informou que existe o PROAD nº 418854 em trâmite sobre essa questão. **Solicitou que o Tribunal de Justiça (TJ) avalie a viabilidade de criar uma exceção na Fazenda Pública para permitir a execução dessas multas, visando ao interesse público para que penalize os jurados que não comparecem, a fim de desencorajar outros a não atenderem às convocações judiciais.**
45. Além disso, Dra. Waneska discutiu sobre o sistema de bens apreendidos e a necessidade de iniciar um procedimento relacionado à Resolução nº 483 de 2022, bem como a importância de conduzir um processo para orientar os juízes nessa questão.
46. Destacou que a Central de Auxílio ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) emite as guias quando as varas estão sobrecarregadas, mas exige que toda a documentação esteja completa. Isso, por vezes, não resolve o problema, pois a parte mais trabalhosa é a coleta e a junção da documentação. Portanto, sugeriu a possibilidade de a Central auxiliar na separação dos documentos necessários para a emissão das guias. Sugeriu também a realização de um curso sobre o SEEU.
47. Expressou sua preocupação em relação à dificuldade de efetuar ligações telefônicas para celulares e ligações interurbanas. Explicou que nas varas criminais, é fundamental estabelecer constantes conexões com outras unidades, inclusive unidades prisionais de diferentes estados, para facilitar audiências de custódia e informar sobre a remoção de presos. Isso é essencial para garantir que os procedimentos ocorram de maneira oportuna, inclusive para cumprir as metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dra. Waneska destacou que as restrições impostas pela diretoria





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

administrativa têm impactado negativamente nesse processo.

- 48. Manifestou sua preocupação com a quantidade de sistemas que magistrados e servidores precisam acessar. Sugeriu que todos esses sistemas sejam compilados em uma informação fornecida pela Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), esclarecendo quais são obrigatórios e quais são de consulta. Esclareceu que isso ajudaria a simplificar o acesso a informações e sistemas, tornando o trabalho mais eficiente e reduzindo o fardo administrativo sobre os envolvidos no processo judicial.**
- 49. Dra. Waneska também fez uma reclamação em relação à falta de comunicação eficiente entre o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e o sistema de controle. Segundo a magistrada, essa lacuna está causando perda significativa de produtividade para os magistrados, pois o sistema de controle não está importando todas as informações do SEEU. Apresentou o PROAD 376692 que documenta essa reclamação e solicitou uma solução para esse problema, visando aprimorar a integração entre os sistemas e garantir um fluxo de informações mais eficaz para os magistrados.**
50. Dra. Waneska fez algumas reclamações adicionais relacionadas ao SEEU:
- 1. Pontuou que o SEEU não considera a produtividade resultante da unificação das guias. Por exemplo, quando é recebida uma guia de outro estado e ela é unificada com um processo existente, o sistema não reconhece isso como um novo processo, o que impacta negativamente na avaliação da produtividade dos magistrados.**
 2. Expressou preocupação em relação ao processo de execução da pena, especialmente quando envolve pena de multa. Por exemplo, se a pena privativa de liberdade é cumprida, mas a pena pecuniária não é, questionou como proceder nesse caso: separar os processos, sobrestar algum deles ou adotar outra abordagem. Mencionou a existência do Proad 420472 referente a essa questão. Em diligência, observou-se que o citado Proad está em tramitação.
 3. Informou que fez uma série de pedidos relacionados ao SEEU, destacando inadequações que identificou no sistema, incluindo a falta de integração com outros sistemas. Mencionou a existência de um protocolo aberto sobre o tema,





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

PROAD 260756. Em diligência, notou-se que o citado Proad já foi decidido e arquivado no âmbito desta Corregedoria.

51. Ao final, esclareceu que essas preocupações demonstram a importância de melhorar o SEEU e outros sistemas relacionados ao sistema de justiça, a fim de tornar o trabalho dos magistrados mais eficiente e eficaz.

52. Dr. Gustavo Assis solicitou que fosse registrada em ata a sugestão de realizar um curso sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). Propôs que fosse aberto um PROAD para viabilizar a realização desse curso ou que se aproveitasse um curso já existente promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que fossem determinadas as inscrições de magistrados e servidores nesse curso. Essa iniciativa visa melhorar o conhecimento e a capacitação dos profissionais em relação ao SEEU, contribuindo para um uso mais eficiente desse sistema.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

53. O Desembargador Leandro Crispim iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e registrou a oportunidade de conduzir a audiência pública de forma transparente e objetiva, ouvindo a todos.

54. Dr. Flávio, Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas, agradeceu a presença de todos e destacou a extrema importância desse diálogo entre a CGJ e as comarcas.

55. Dr. Ricardo Dourado informou sobre o projeto de regularização fundiária, do qual teve a honra de ser um dos idealizadores. Explicou que o projeto tem como objetivo regularizar imóveis que não possuem título ou registro. Recentemente, quatro municípios da região aderiram ao programa. Expressou sua felicidade por estar presente e agradeceu pela receptividade.

56. Rodrigo Ribeiro, Procurador do Município de Caldas Novas, neste ato representando o prefeito, abordou uma questão com a qual todos os advogados têm se deparado diariamente. Mencionou que têm enfrentado dificuldades no cumprimento dos atos, incluindo questões urgentes, em unidades judiciais em geral. Postulou a necessidade de mais agilidade no cumprimento desses atos.

57. Dr. Marcus Vinícius solicitou que os servidores priorizem a emissão, principalmente dos alvarás, considerando a instituição do programa Alvará Já. Reforçou a utilização do SISCONDJ por ser um sistema mais seguro. Enfatizou aos juízes presentes que





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

invistam esforços nesse sentido e pediu que seja registrado em ata o compromisso de agilizar a emissão desses alvarás.

58. Dr. Flávio mencionou que Caldas Novas aderiu à Central de expedição de alvarás, que peticionou no Proad e recebeu a inclusão da comarca no programa. Os magistrados estão se cadastrando, e tão logo a Comarca integrará o sistema para que os alvarás sejam implementados dentro do prazo de 5 dias. Além disso, houve conversas com os cartórios para a inclusão de classificadores para facilitar a identificação da urgência para expedição de alvará.
59. Dra. Susana França, tesoureira da OAB e representante da subseção de Caldas Novas, destacou que os advogados mencionaram a integração da Comarca de Corumbaíba na central de atos eletrônicos e expressaram preocupação pois há atos de constrição pendentes desde 2012 sem cumprimento.
60. Susana Araújo solicitou que a advogada confirmasse a informação, pois, se for a CACE - Central de constrição de atos eletrônicos da CPE, a Comarca de Corumbaíba já aderiu a essa central.
61. Dra. Susana França pontuou ainda que há reclamações dos advogados sobre a instabilidade no Projudi e se há melhorias previstas nesse sentido.
62. Suzana Araújo informou que estiveram em um evento do colégio de presidentes, e um dos temas discutidos foi a instabilidade do Projudi. Mencionou que esse é um assunto tratado como prioridade pela presidência e pela DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação). No painel de quarta-feira, foi mencionado que muitas vezes a instabilidade do sistema é atribuída a problemas de internet ou de configuração do próprio usuário. Portanto, é importante que essas questões sejam encaminhadas para a equipe técnica para monitoramento. Suzana também destacou que existe um indicador que registra quantos dias o sistema está funcionando normalmente.
63. Dra. Susana França mencionou uma problemática relacionada às audiências de conciliação. Destacou que muitas vezes a outra parte não é citada adequadamente, e isso resulta na não realização do cancelamento das audiências, mesmo quando há solicitação nesse sentido nos autos ou por meio de contato telefônico com a escritania.
- 64. Dr. Marcus Vinícius solicitou que fosse registrada em ata a sugestão de orientação aos juízes para que verifiquem os pedidos de cancelamento de audiências e relatem as dificuldades de citação, a fim de que possam ser identificadas e melhoradas essas situações.**





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

65. Dra. Suzana França mencionou que em alguns casos as partes estão realizando a restituição das fianças sem a devida capacidade postulatória.
66. Dr. Gustavo sugeriu que, como não há um caso específico para ser verificado naquele momento, seria adequado posteriormente analisar o procedimento utilizado nas varas criminais e orientar com base nessa análise.
67. Dr. Flávio Pereira esclareceu que todos os atos são comunicados aos advogados e réus que cadastram seus telefones nos processos. Apontou que, no contexto criminal, a restituição de uma fiança não envolve uma questão de capacidade postulatória, pois o réu não está fazendo uma petição.
68. Dra. Anelise, da 2ª Vara Criminal, complementou as informações do Dr. Flávio, destacando que a restituição de fiança não envolve uma questão de capacidade postulatória, pois decorre da lei. Explicou que, nos casos de restituição de fiança, a pessoa costuma apresentar a documentação necessária, o que torna o processo algo meramente administrativo e não uma questão de capacidade postulatória.
69. Dr. Marcus Vinícius informou que entrou em contato com a juíza de Corumbaíba e que os servidores ainda não estão cadastrados na CACE, mas providenciará o cadastro.
70. Coronel Almiton relatou que assumiu recentemente o 7º Comando Regional de Bombeiro Militar, uma área extensa, parabenizou o trabalho e agradeceu a todos os magistrados e promotores pelo apoio. Citou o exemplo de Catalão, em que a comarca destinou recursos para a reestruturação do Centro de Comando e Controle, visando centralizar a estrutura dos órgãos públicos.
71. Dr. Sávio Fraga, Promotor de Justiça, fez os cumprimentos e expressou seu apoio e solidariedade aos policiais feridos na Comarca de Corumbaíba, colocando o Ministério Público à disposição para lidar com esse caso. Em seguida, trouxe suas preocupações sobre o planejamento do Poder Judiciário para a Comarca de Caldas Novas, observando um aumento no volume de serviço devido ao crescimento da cidade, mas percebendo uma diferença na estrutura e na demanda. Citou a oferta limitada de substitutos pelo Ministério Público. Informou que haverá uma reunião na segunda-feira para discutir a reclassificação das comarcas e expressou a necessidade de apresentar os planos do Poder Judiciário a eles, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento da ampliação da estrutura local. Por fim, cumprimentou os juízes com os quais trabalha pelo intenso trabalho que têm realizado.
72. Dr. Cristiano Menezes, Promotor de Justiça, complementou a discussão ao alertar sobre a





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

quantidade de processos na vara das fazendas públicas, destacando que Caldas Novas é a 4ª comarca com maior volume de processos.

73. Dr. Marcus Vinícius explicou que atualmente o estado está em regime de recuperação fiscal e estão tentando reagrupar comarcas. Mencionou que as últimas comarcas atendidas foram as de Catalão. Existem prioridades estabelecidas, e Caldas Novas, na maioria das unidades, possui uma quantidade razoável de processos. Em relação ao presídio, destacou que o estado, e não mais o juiz, participa das realocações de presos, e que a Corregedoria-Geral da Justiça não participa do acompanhamento sobre a construção de presídios.

74. Dr. Cristiano elogiou o trabalho da Corregedoria Geral da Justiça e levantou a preocupação sobre a grande quantidade de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes na comarca de Caldas Novas. Esclareceu que está sendo planejado um mutirão para lidar com esses casos, mas talvez não seja suficiente para dar conta de toda a demanda. Solicitou uma melhora por parte do Judiciário na estrutura para conseguir atender e punir todos os que cometem esse crime. Registrou que o acervo cível e das fazendas públicas é elevado e está relacionado ao crescimento do município de Caldas Novas, que está entre as 5 cidades com maior crescimento populacional. Enfatizou a importância de acompanhar esses dados para garantir que a estrutura das unidades judiciárias seja adequada para suportar essas mudanças.

75. O Corregedor informou que a questão apresentada pelo Dr. Sávio foi relatada no Encontro Regional em Ceres, onde se discutiu a deficiência de promotores naquela região. Explicou que muitas vezes essa deficiência está relacionada ao orçamento do Ministério Público e que o Presidente do TJGO tem atuado na reestruturação de unidades para suprir essas dificuldades. Explicou que será necessário trabalhar em conjunto com o Executivo para aumentar o número de promotores e procuradores, e que levará essa questão novamente aos dirigentes do MP. Mencionou que está havendo um aumento no número de magistrados e que o poder judiciário planeja concluir o concurso atual até o meio do próximo ano. Reconheceu o acúmulo de processos e afirmou que os novos magistrados trabalharão para colocar os serviços em dia. Informou que houve o provimento do cargo de promotor em Ceres em resposta às preocupações levantadas.

76. Dr. Gustavo Garcia informou que durante a manhã foi discutida a questão dos depoimentos de menores. Explicou que a equipe interprofissional estava reduzida, mas conseguiram disponibilizar uma servidora para a cidade. Destacou que essa situação não





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

é específica dessa regional e que estão providenciando a capacitação de outras servidoras para que tenham a possibilidade de realizar esses depoimentos pessoais. Existe uma equipe volante que presta assistência a toda a 9ª Região Judiciária, mas ainda é uma reclamação constante, e eles ficam impedidos de oferecer a solução ideal, que seria o provimento de mais servidores. Em relação à necessidade de agilizar os depoimentos, em breve as três integrantes da equipe estarão habilitadas para realizá-los.

77. O Coronel Virgílio, representando a Polícia Militar, fez os cumprimentos e agradeceu por este evento que permite expor as realidades enfrentadas. Apontou que pela manhã foi informado sobre uma situação de confronto com um policial baleado, e destacou que essa é a realidade da PM. O Coronel pediu aos magistrados e promotores que exerçam suas funções da melhor forma possível, que as liberações sejam mais rígidas, especialmente para os criminosos reincidentes. Solicitou que olhem para além da teoria e considerem a realidade local.
78. O Corregedor-Geral da Justiça, em nome do Tribunal de Justiça, expressou sua solidariedade e destacou que tem observado a atuação do Poder Executivo, com o governador Caiado, valorizando a Polícia Militar.
79. Denise, advogada, mencionou a dificuldade nas citações dos processos, e relatou que em Caldas Novas existe uma cota de mandados, e que informaram que não é possível expedir novos mandados, uma vez que a cota do mês já se esgotou.
80. Dr. Flávio explicou que existe um limite de mandados fixado pelo oficial de justiça, e atualmente uma servidora está de licença. Para compensar, um servidor do cartório foi designado para realizar o cumprimento dos mandados da servidora ausente, mas, ainda assim, a cota de mandados continua sendo esgotada, apesar de os esforços para cumprir com eficiência.
81. O Desembargador Leandro destacou que um dos temas recorrentes nos encontros é a deficiência de oficiais de justiça. Sugeriu a possibilidade de fazer convênios com prefeituras para disponibilizar servidores concursados temporariamente para atuar como oficiais de justiça. Registrou que essa limitação é por uma questão humana, visto que uma quantidade elevada de mandados não tem condições de ser cumprida com qualidade pelos oficiais, e por isso ficam sobrecarregados. Mencionou que, embora haja um concurso em andamento, levará, pelo menos, um ano para ser concluído.
82. Dr. Flávio registrou que colabora com crianças carentes no Dia das Crianças e que o projeto vem sendo realizado pelo terceiro ano consecutivo. Enfatizou que é uma excelente





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

experiência de vida e convidou a sociedade a contribuir com essa campanha. Também agradeceu à CGJ por esta semana gratificante.

83. Evento encerrado as 16h16m.

ASSINATURAS

Desembargador Leandro Crispim
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Gustavo Assis Garcia
1º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Dra. Soraya Fagury Brito
2º Juíza Auxiliar da Corregedoria

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 746619641064 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202310000448543 (Evento nº 2)

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

JUIZ DE DIREITO

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 04/10/2023 às 14:12

GUSTAVO ASSIS GARCIA

JUIZ DE DIREITO

1º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 03/10/2023 às 18:00

SORAYA FAGURY BRITO

MAGISTRADO

2ª JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 04/10/2023 às 09:24

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 03/10/2023 às 18:05

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 03/10/2023 às 18:37

GERALDO LEANDRO SANTANA CRISPIM

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 05/10/2023 às 10:10

